

# Superior Tribunal de Justiça

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 536.844 - RS (2019/0295009-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**REQUERENTE** : DOUGLAS DAVIDSON VIEIRA POLTOZI  
**ADVOGADO** : TITO MÁRCIO SEIXAS RORATO - RS032743  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração ajuizado por DOUGLAS DAVIDSON VIEIRA POLTOZI contra decisão proferida às fls. 20/23, por meio da qual indeferi liminarmente o *habeas corpus*, em razão da instrução deficiente dos autos.

Na presente petição, a defesa pede a reconsideração da decisão que indeferiu liminarmente o *writ*, anexando aos autos a cópia do documento necessário à análise do feito.

É o relatório.

Decido.

Dada a instrução deficiente no momento da impetração, correta a decisão proferida que indeferiu liminarmente a ordem, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Entretanto, na petição de fls. 25/80, o requerente fez juntar aos autos a documentação faltante, pelo que, em homenagem ao princípio da economia processual, reconsidero a decisão anterior e determino o prosseguimento do feito.

Quanto ao pedido liminar, não vislumbro a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requisitos essenciais à concessão da medida urgente.

Ademais, o acolhimento do pedido, como formulado, implica o exame da idoneidade e razoabilidade dos fundamentos adotados pelas instâncias ordinárias, providência inviável em análise preliminar dos autos, e que deve ser oportunamente analisado pelo douto Colegiado, por se cuidar de antecipação de mérito.

Diante do exposto, **indefiro o pedido liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim

# *Superior Tribunal de Justiça*

de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**

Relator

